

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

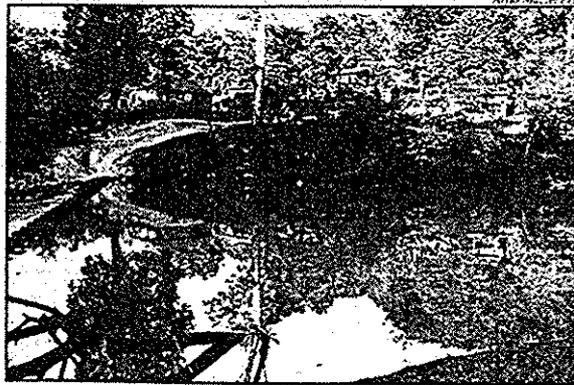
Class.: 882

Data: 10.06.90

Pg.: _____

A briga pela posse de 250 hectares

Está cada vez mais complicada e acirrada a disputa de uma gleba de 250 hectares às margens do rio do Mel, em Irai, entre entidades ecológicas, Prefeitura e uma tribo de índios caingangues. A disputa dura cinco anos. Ela começou depois que técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), alertados pela Associação Nacional



Rio do Mel: margens são terreno de disputa

de Apoio ao Índio (Anai), descobriram que existia uma área de 250 hectares em Irai, que pertence aos indígenas. A Constituição brasileira assegura o direito dos índios a esse tipo de área. Dentro dessa gleba, o Governo do Estado mandou construir um aeroporto e a Prefeitura permitiu a entrada de camponeses.

Há dois anos, os caingangues chegaram lá e se instalaram. A briga começou, tendo como armas medidas judiciais e troca de palavras ásperas entre as pessoas envolvidas, através das emissoras de rádio da região. No final do ano passado, o decreto estava na mesa do ex-presidente José Sarney para regularizar a situação. "Sabe Deus porque ele não assinou o decreto", lembrou Rodrigues Venzon, presidente da Anai. Há dois meses, a entidade ecológica de Irai, Associação Pró-rio do Mel (Apromel) entrou na Justiça Federal de Passo Fundo com uma medida judicial para preservar o rio do Mel e a mata ao seu redor. Segundo o advogado da Apromel, João Ues, a instalação dos camponeses ali acabaria determinando a devastação ambiental. E mais: acabaria comprometendo as fontes de água mineral.

Também não há interesse da Prefeitura de que os índios permaneçam ali. Há inclusive a intenção de conseguir permutar aquela gleba por outra, revela o secretário de Administração Adelino Luiz Miron. Irai é um pequeno município com 14 mil habitantes, que tem uma boa parte de sua renda ligada ao turismo. Uma medida radical contra os índios seria um má propaganda para a cidade.

TERRA — O ambiente entre os caingangues é de desconfiança com os brancos. Eles vivem da venda de artesanato para os turistas. "Temos os nossos direitos a essa terra e não iremos deixar a coisa assim", afirma com muita convicção o caingangue Augusto da Silva, uma das lideranças da tribo. A luta dos caingangues de Irai por esse pedaço de terra não é isolada. Em todo o território gaúcho as tribos indígenas reivindicam 33 mil hectares de terras, tomadas pelo Governo do Estado nos últimos 30 anos. A questão dessas reivindicações vinha sendo conduzida de modo a evitar um conflito entre brancos e índios. A possibilidade de um conflito cresceu com a instalação do Governo Federal de

como será feita a reforma administrativa na Funai, que tem, trabalhando no território gaúcho, 97 funcionários em nove reservas. Segundo o administrador regional interino da Funai, Lorinaldo Veloso, "aqui não há excesso de funcionários. Pelo contrário, temos falta. Mas, esse ambiente de falta de definição da reforma administrativa acaba afetando a todos".

Mais um fato: oficialmente ainda há uma discussão a respeito do órgão a que a Funai deverá ficar ligada. Ela pertencia ao extinto Ministério do Interior, hoje está sendo disputada entre o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Enquanto esses assuntos não são esclarecidos, os problemas vão se avolumando nas reservas. No entendimento do índio o seu problema do dia a dia é o mais importante. Além da questão da reivindicação por terra, tem a falta de assistência médica, o roubo de madeira e o arrendamento clandestino de terra para colonos brancos na reserva da Guarani, em Lençóis Porteira. Todos assuntos urgentes, que causaram conflitos entre caingangues e brancos com feridas das duas partes.